

**Manifestação
dos «ISCAS»**

Os estudantes do Instituto Superior de Contabilidade e Administração de Coimbra (ISCAC) estarão hoje em Lisboa, onde conjuntamente com os seus congéneres de outras cidades manifestarão o seu

protesto acerca da portaria que vincula os «ISCAS» ao Ensino Politécnico.

Recorde-se que, até ontem, os institutos se inseriam no Ensino Universitário e que a partir de hoje — data que transfere os institutos para o Ensino Politécnico — ficam por esclarecer questões relativas às equivalências de currículos no curso de Contabilidade e Administração a outros que, actualmente, existem, à reestruturação e modernização do curso, ao futuro dos cursos de estudos superiores especializados e aos serviços sociais.

Alunos dos ISCA's**CONCENTRAÇÃO NACIONAL
ESTA TARDE JUNTO AO ME**

DIÁRIO DE LISBOA

Pg. 7

Os alunos dos Institutos Superiores de Contabilidade e Administração de Lisboa, Porto, Coimbra e Aveiro, concentram-se hoje, ao princípio da tarde, junto das instalações do Ministério da Educação, na Avenida 5 de Outubro.

Objectivo desta medida é uma vez mais manifestar ao ministro da Educação e à opinião pública o seu repúdio pela anunciada intenção do ME de integrar aquelas escolas no ensino superior politécnico.

A recusa das escolas começa pela indefinição quanto ao ensino superior politécnico patente no texto da Lei de Bases do Sistema Educativo.

«Integrarem-nos de qualquer maneira naquilo que não se sabe bem o que é?» perguntavam ontem alunos e professores em conferência de imprensa, realizada nas degradadas instalações do Instituto Superior de Contabilidade e Administração.

(Note-se a propósito que durante as duas horas e tal que durou a reunião com os órgãos de Comunicação no ginásio do ISCAL, um pinga de água caiu do tecto, regular e sistematicamente, junto à fila de cadeiras reservada aos jornalistas).

Tal como ontem foi frisado na conferência de imprensa, especialmente pelos representantes das associações de estudantes dos ISCA's de Lis-

boa, Porto e Coimbra — Aveiro não se fez representar por se encontrar em período de provas de frequência — nem o ministro Roberto Carneiro que na sexta-feira passada se deslocou ao ISCAL, substituindo assim uma audiência marcada para o Ministério da Educação, esclareceu essa indefinição.

Profundamente insatisfeitos com o resultado daquilo a que chamaram de pseudo-audiência, apesar de ter durado duas horas, os dirigentes associativos consideraram-se mais confusos depois desse encontro.

«A única coisa de concreto que sabemos é que se mantêm os nomes dos institutos», comentaram.

Ainda que haja em geral a ideia de que Portugal é um País de doutores, os representantes dos estudantes salientaram que não é a anulação da licenciatura em si que os preocupa, mas a despromoção profissional que isso representa e as incógnitas que lança sobre o seu futuro, quer a nível nacional quer internacional.

Como bacharelis ficarão impedidos de concorrer ao ensino e, embora teoricamente se possam licenciar, fazendo mais dois anos de curso especializado, terão de passar pelas restrições de um segundo

«numerus clausus» (para ingressarem nos cursos de especialização) que inevitavelmente deixarão de fora da carreira docente muitos candidatos provenientes dos ISCA's.

Além disso, com a entrada em vigor, a 1 de Janeiro de 93, do Acto Único Europeu, se apenas forem habilitados com o grau de bacharel conferido pelo ensino politécnico, os diplomados pelos ISCA's não poderão competir com os seus colegas da Comunidade Europeia, que têm em regra, formação universitária.

Defendendo a qualidade do ensino ministrado nestes institutos com largas tradições (foi aluno do ISCAL, entre outros, o actual Primeiro-Ministro) e forte componente profissionalizante, tanto alunos como professores (estiveram na mesa da conferência dois professores do ISCAP e um do ISCAL), repudiaram a integração no politécnico e sugeriram alguns que preferiam ficar como escolas superiores independentes a serem despromovidos para um «ensino de segunda».

A questão surge como o prolongamento do que passou na comissão parlamentar da Educação, criada pela Lei de Bases do Sistema Educativo:

enquanto umas forças políticas defendiam a existência de um ensino superior universitário único, outras defendiam a divisão entre ensino universitário e politécnico. Foi consagrada na lei a segunda opção, o que não impediu de esta ter sido uma das duas questões da lei de mais difícil consenso.

Na conferência de imprensa foram adiantadas algumas razões para a imposição do ME: o favorecimento do ensino universitário privado («Há universidades privadas que estão a pensar criar licenciaturas em Contabilidade») e o facto de o ME pretender que os institutos superiores de Contabilidade e Administração e de Engenharia sejam «os motores do ensino politécnico».

Uma questão foi posta pelos dois professores do ISCA do Porto, presentes ontem na conferência, prendendo-se com a profunda disparidade de condições de trabalho existentes no corpo docente destes institutos. O Decreto-Lei 443 de Outubro de 85 determinou que os professores dos institutos receberiam pela tabela da carreira docente do ensino politécnico, continuando os que já estavam no sistema a receber pela tabela do ensino universitário, o que se traduziu pela redução de cerca de 30 por cento do vencimento dos primeiros em relação aos segundos.

As escolas enviaram telegra-

mas de protesto e a pedir audiências a várias entidades, nomeadamente o PR, o Primeiro-Ministro e grupos parlamentares.

A Associação Portuguesa de Contabilistas manifestou também o seu repúdio pela eventual integração das escolas no politécnico.

*Conflitos-
estudantes*